

Conselhos provocam conflito na Educação

14 ABR 1994

A formação dos Conselhos Escolares na rede oficial mal engatou e já está causando polêmica entre o Sindicato dos Professores e a Secretaria de Educação. Os Conselhos foram criados pela Lei nº 575/93, aprovada pela Câmara Legislativa e regulamentada por decreto pelo governador Joaquim Roriz em janeiro deste ano.

A lei permite que cada escola da rede pública constitua um Conselho Escolar, eleito 60 dias após o início do ano letivo, e que dentre outros objetivos terá que aprovar o plano de trabalho da sua unidade, avaliar a aplicação dos conteúdos programáticos, promover a integração da família com a escola e zelar pelo caráter democrático da administração de ensino. Esse conselho será composto por representantes dos professores, especialistas e analistas de educação, servidores da escola, alunos e pais.

Estímulo — De acordo com Nilcéia Lopes Santos, coordenadora do processo eleitoral dos Conselhos Escolares, a principal função desse movimento é alertar as pessoas para os problemas do

ensino na cidade. "Queremos institucionalizar e incentivar a participação da comunidade no cotidiano da escola", diz, ratificando que o compromisso efetivo é com a melhoria na qualidade de ensino.

Discordando frontalmente da eficiência e da democratização das propostas do Conselho Escolar, Jalma Fernandes de Queiroz, diretor do Sindicato dos Professores, afirma que a lei não tem consistência. "É uma grande mentira, pois esse conselho não tem função deliberativa, apenas consultiva", diz.

A polêmica realmente está formada. De um lado, o sindicato; de outro, a própria Secretaria de Educação. Ainda de acordo com o diretor do Sindicato dos Professores, a categoria não comporá a chapa para a eleição dos Conselhos. "Em assembleia geral, os professores decidiram não fazer parte", sustenta. Para Nilcéia Lopes, essa informação não é totalmente procedente. "Não tenho dados dos números, mas sabemos que existem escolas com seus candidatos e o apoio da comunidade é integral", diz.

Escolha de diretor iniciou briga

A assessoria de imprensa da Secretaria de Educação afirma que a negativa do Sindicato dos Professores em participar do Conselho Escolar remete ainda a uma antiga questão: a não aceitação dos diretores da rede pública serem escolhidos pelo governador. "Esses cargos são de confiança e, como tal, o governador tem o direito de indicar as pessoas que vão cumprir seu plano de governo", declara a assessora do

Departamento de Pedagogia, Nilcéia Lopes.

A Secretaria de Educação ratifica, ainda, a formação dos Conselhos Escolares como o cumprimento de uma lei do Executivo e como a continuidade de um processo de caráter educativo. "Antes de qualquer coisa, somos professores e educadores. Nossa função não pode desvirtuar", declara Nilcéia.